

CONV 610/1/03
REV 1

NOTA DE ENVIO

de:	Secretariado
para:	Convenção
Assunto:	Reacções ao projecto de protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade – Análise

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, uma ficha de análise das observações ou propostas de alteração ao projecto de protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade (CONV 579/03).

FICHA DE ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES OU PROPOSTAS
DE ALTERAÇÕES AO PROTOCOLO RELATIVO À APLICAÇÃO
DOS PRINCÍPIOS DA SUBSIDIARIEDADE E DA PROPORCIONALIDADE
DOC. CONV 579/03

I. Análise das alterações por tema – resumo

A proposta do Praesidium à Convenção baseia-se no relatório do Grupo de Trabalho I (doc. CONV 286/02) e no debate realizado na sessão plenária (doc. CONV 331/02). Globalmente, o protocolo "subsidiariedade" foi bem acolhido pelos membros da Convenção, sendo raros aqueles que puseram radicalmente em causa o projecto redigido pelo Praesidium. De resto, muitos foram os convencionais que não consideraram necessário introduzir-lhe alterações ou apresentar observações.

As principais propostas de alteração incidem sobre os seguintes seis temas:

- a)** Noção de Parlamento nacional: uma minoria activa continua a privilegiar a solução segundo a qual, nos Estados-Membros com um sistema com duas câmaras, qualquer delas deve poder activar directamente o "mecanismo de alerta rápido". Várias das alterações vão nesse sentido, prevendo algumas um dispositivo engenhoso a fim de a solução escolhida não prejudicar os Estados em que há apenas uma câmara (2 votos para os Parlamntos com uma única câmara, 1 voto para cada câmara dos Estados bicamerais).
- b)** O limiar de um terço foi geralmente bem acolhido. No entanto, um número importante de convencionais pede que passe para dois terços, ao passo que outro grupo sugere a introdução de um segundo limiar de dois terços que, caso seja ultrapassado, acarrete graves consequências em matéria de prossecução do processo legislativo.
- c)** Comité de Conciliação: muitos dos convencionais têm dúvidas quanto à oportunidade de uma segunda possibilidade de pôr de pé o "mecanismo de alerta rápido" por ocasião da convocação do Comité de Conciliação e interrogam-se sobre o funcionamento prático desta disposição, argumentando que o prazo entre a convocação do Comité e a sua realização é por vezes muito curto, sugerindo que este ponto seja pura e simplesmente retirado.
- d)** Mecanismo de recurso para o TJCE. Foram abordados dois pontos distintos:
 - recurso directo dos Parlamntos nacionais: numerosos convencionais pretendem que os Parlamntos possam apelar directamente para o TJCE;
 - tratamento das regiões com poderes legislativos: numerosos convencionais sugerem que as regiões com poderes legislativos também possam, quer directa, quer indirectamente, intervir junto do TJCE em caso de violação do princípio da subsidiariedade.
- e)** As disposições relativas ao Comité das Regiões são também por vezes controversas. Alguns convencionais, nomeadamente os observadores membros do CR, pretendem que os poderes deste comité em matéria de controlo da subsidiariedade sejam alargados e alinhados pelos dos Parlamntos nacionais; outros, menos, interrogam-se sobre a justeza da sua intervenção.
- f)** Finalmente, muitos convencionais sugerem que, a exemplo do que sucede com o Parlamento Europeu e o Conselho, os Parlamntos nacionais recebam, também eles, o relatório anual redigido pela Comissão sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade e da proporcionalidade.

II. Análise pormenorizada das alterações por tema

Âmbito do protocolo / Denominação

- Vários convencionais propõem que o "princípio da proporcionalidade" figure no mesmo plano que o da subsidiariedade ao longo de todo o texto:
 - Kuneva (*SUB 27*) + Andriukaitis + Gricius + Sivickas (*SUB 33*) + Teufel (*SUB 43*) + Kiljunen (*SUB 49*) + Vanhanen (*SUB 50*) + Hain (*SUB 55*) + Lequiller (*SUB 62*) + Azevedo + Nazaré Pereira (*SUB 65*)
- Alguns convencionais propõem a substituição de "Protocolo" por "acto complementar", que consideram mais próprio para uma constituição:
 - Paciotti (*SUB 40*)
- Outros sugerem uma reforma total:
 - Kirkhope (*SUB 39*)

Consulta e envio pela Comissão de uma proposta de acto legislativo (pontos 2 e 3)

- Um convencional sugeriu que se precisasse que a eventual obrigação de consulta relativamente à dimensão regional e local da acção será feita através do Comité das Regiões e das diferentes organizações representativas:
 - Wuermeling (*SUB 19*)
- Alguns convencionais propõem que se retome integralmente o n.º 2 do actual protocolo:
 - Palacio (*SUB. 45*) + Muñoz Alonso (*SUB 57*)
- Um convencional sugere que a Comissão fundamente a sua decisão quando não realize as consultas necessárias por se tratar de um caso de urgência ou por motivo de confidencialidade:
 - Figel (*SUB 48*)
- Outros pedem que não se preveja a possibilidade de não realizar consultas prévias em caso de urgência ou de confidencialidade:
 - Bonde + Seppanen (*SUB 54*)
- Os convencionais observadores do Comité das Regiões propõem que o referido comité seja consultado sempre que uma proposta tenha consequências para a dimensão local ou regional:
 - Chabert + 5 convencionais observadores (*SUB 74*)

Fundamentação pela Comissão das propostas legislativas (ponto 4)

Diversas observações incidiram sobre a fundamentação da proposta da Comissão por parte desta, face ao princípio da subsidiariedade:

- Alargar a fundamentação ao princípio da "proporcionalidade":
 - Duff + 16 convencionais (*SUB 42*) + Teufel (*SUB 43*)
- Reforço da obrigação de fundamentação das implicações financeiras:
 - de Vries + de Bruijn (*SUB 13*) + Wuermeling (*SUB 20*) + Duff + 16 convencionais (*SUB 42*)

- Integração de um elemento de apreciação relativo ao "carácter exclusivo ou partilhado da competência exercida":
 - Marinho (*SUB 16*)
- Reforço muito substancial da obrigação de fundamentação:
 - Teufel (*SUB 43*)
- Recusa de pedir à Comissão que apresente elementos de apreciação da regulamentação a pôr em vigor pelos Estados-Membros e "nos casos em que tal se aplique, pela legislação regional":
 - Einem + 6 convencionais do Grupo Socialista (*SUB 15*) + Huebner (*SUB 51*)
- Integração na fundamentação da Comissão das consequências de uma não acção no domínio em questão:
 - Huebner (*SUB 51*)
- Um convencional (observador) propõe que a Comissão seja assistida por um órgão independente na redacção e preparação dos actos legislativos:
 - Jacobs (*SUB 44*)

Noção de Parlamento nacional (ponto 5)

A questão da noção de Parlamento nacional foi longamente debatida, tanto no grupo como no plenário, com opiniões partilhadas no que se refere aos Estados-Membros bicamerais. Diversos convencionais insistem na solução adoptada pelo Praesidium, segundo a qual compete a cada Parlamento nacional organizar a consulta de cada câmara, no caso dos Parlamentos bicamerais e/ou, quando os haja, dos Parlamentos regionais com poderes legislativos. As alterações propostas incidem sobre:

- o direito de cada câmara, no caso dos Parlamentos nacionais bicamerais, a apresentar um parecer fundamentado:
 - Zieleniec (*SUB 6*) + Dini + Basile (*SUB 18*) + Wuermeling + Altmaier (*SUB 23*) + Meyer (*SUB 38*) + Teufel (*SUB 43*) + Vanhanen (*SUB 50*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*) + Lequiller (*SUB 62*) + Fischer (*SUB 67*)

Neste caso, para determinar o limiar a partir do qual a Comissão é obrigada a rever a sua proposta, alguns dos convencionais acima referidos propõem que os pareceres dados pelos Parlamentos monocamerais contem a dobrar e que os dados autonomamente por uma câmara contem por um:

- Zieleniec (*SUB 6*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*) + Lequiller (*SUB 62*)

Pareceres fundamentados dos Parlamentos nacionais (ponto 6)

- Diversos convencionais propõem que o Parlamento e o Conselho sejam também obrigados a indicar o modo como tomaram em conta os pareceres fundamentados dos Parlamentos nacionais:
 - de Vries + de Bruijn (*SUB 14*)
- Outros pretendem que fique referido que, durante o prazo de 6 semanas, nem o Parlamento, nem o Conselho podem dar início ao seu processo legislativo interno:
 - Duff + 16 convencionais (*SUB 42*)

- Um convencional pretende que haja um alargamento do âmbito dos pareceres dos Parlamentos nacionais "à repartição das competências previstas na Constituição" e cujo princípio de subsidiariedade constitui apenas um dos aspectos:
 - Lamassoure (*SUB 56*)

Questões relativas à fixação e às modalidades do limiar para além do qual a Comissão é obrigada a reanalisar a sua proposta (ponto 6)

Em conformidade com as conclusões do Grupo de Trabalho I constantes do projecto de protocolo (ponto 6), o limiar é fixado em um terço dos Parlamentos.

- Alguns convencionais recusam o próprio princípio do dispositivo proposto:
 - Voggenhuber + Nagy (*SUB 31*) + Duhamel + 4 convencionais membros do Grupo Socialista (*SUB 34*)
- Alguns convencionais propõem que se adopte um limiar diferente. Nesses casos, o limiar é fixado em:
 - dois terços: M. Brok + 37 convencionais do Grupo PPE (*SUB 3*) + Kaupi (*SUB 58*)
 - um quarto: M. de Vries + de Bruijn (*SUB 11*) + Bonde + Seppanen (*SUB 54*)
- Alguns convencionais sugerem que a contabilidade da ultrapassagem do limiar apenas tome em consideração os pareceres fundamentados "semelhantes":
 - Duff + 16 convencionais (*SUB 42*)
- Fixação de um segundo limiar. Alguns convencionais propõem que, em caso de ultrapassagem do limiar de dois terços dos Parlamentos nacionais, a Comissão seja obrigada a retirar ou a alterar a sua proposta ou que o processo legislativo não possa prosseguir:
 - Andriukaitis + Gričius + Sivickas (*SUB 33*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*)
- As consequências da ultrapassagem do limiar de um terço são também abordadas no sentido de um endurecimento, nomeadamente através do reforço da obrigação imposta à Comissão de fundamentar a sua decisão (retirada, manutenção ou alteração):
 - Schuler (*SUB 32*) + Andriukaitis + Gričius + Sivickas (*SUB 33*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*) + Bonde + Seppanen (*SUB 54*) + Hain (obrigação de alterar ou de retirar a proposta) (*SUB 55*)

Comité de Conciliação (ponto 7)

- Muitos convencionais não são a favor da proposta do Grupo de Trabalho I constante do projecto de protocolo que dá a possibilidade aos Parlamentos nacionais de voltarem a intervir entre a convocação do Comité de Conciliação e a sua realização. Trata-se nomeadamente de :
 - Michel + 6 convencionais belgas (*SUB 1*) + Van Eekelen (*SUB 8*) + de Vries + de Bruijn (*SUB 12*) + Voggenhuber + Nagy (*SUB 30*) + Duhamel + 8 convencionais membros do Grupo Socialista (*SUB 35*) + Duff + 16 convencionais (*SUB 42*) + Hain (*SUB 55*) + Lamassoure (*SUB 56*) + Hjelm-Wallen + 3 convencionais suecos (*SUB 60*) + Lennmarker (*SUB 82*)

- Outros consideram que a noção de limiar deve também ser introduzida na fase de conciliação. Em caso de ultrapassagem do limiar de um terço, o Conselho e/ou o Parlamento Europeu devem rever a sua posição:
 - Van der Linden + 2 convencionais neerlandeses (*SUB 7*) + Andriukaitis + Gricius + Sivickas (*SUB 33*) + Vanhanen (*SUB 50*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*)
- Alguns pedem que seja deixado aos Parlamentos nacionais um prazo mínimo (4 semanas) para poderem apresentar um parecer fundamentado:
 - Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*) + Azevedo + Nazaré Pereira (*SUB 65*)
- Alguns consideram que a intervenção dos Parlamentos nacionais aquando da convocação de um Comité de Conciliação só deve ter lugar quando tenham sido introduzidas "alterações significativas" na proposta inicial da Comissão:
 - Tiilikainen + Peltomaki (*SUB 47*) + Vanhanen (*SUB 50*)

Questão do recurso para o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (ponto 8)

O ponto 8 do projecto de protocolo prevê que os recursos para o TJCE por violação do princípio da subsidiariedade sejam interpostos pelos "Estados-Membros, eventualmente a pedido dos respectivos Parlamentos nacionais":

- Numerosos convencionais sugerem que o direito de recurso para o TJCE possa ser exercido directamente pelos Parlamentos nacionais ou por cada uma das câmaras, para os que são a favor desta solução:
 - Brok + 37 convencionais do Grupo PPE (*SUB 4*) + Teufel (*SUB 43*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 4*) + Bonde + Seppanen (*SUB 54*) + Fischer (*SUB 67*)
- Alguns sugerem que o direito de recurso fique reservado apenas aos Estados-Membros:
 - Kuneva (*SUB 27*)
- Alguns sugerem que o direito de recurso seja também aberto à Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários (COSAC):
 - Haenel (*SUB 37*)
- Muitos convencionais propõem o alargamento do direito de recurso para o TJCE, autorizando também as regiões com poderes legislativos a interponem recursos, quer directamente, quer por intermédio do respectivo Estado-Membro. Trata-se nomeadamente de:
 - Michel + 6 convencionais belgas (*SUB 1*) + Brok + 37 convencionais do Grupo PPE (*SUB 4*) + McCormick + Voggenhuber + Lichtenberger (*SUB 29*) + Borrell + Carnero + Lopez Garrido (*SUB 36*) + Duff + 16 convencionais (*SUB 42*) + Teufel (*SUB*) + Farnleitner (*SUB 53*) + Bonde + Seppanen (*SUB 54*) + Chabert (observador) + 4 convencionais observadores do Comité das Regiões (*SUB 80*)
- Vários convencionais pretendem que o controlo do TJCE se limite ao respeito "pelos procedimentos" (e portanto não incida sobre o fundo):
 - Van der Linden + 3 convencionais neerlandeses (*SUB 7*)
- Alguns convencionais não são a favor de o Comité das Regiões dispor também do direito de recurso por se tratar de um órgão consultivo e não legislativo:
 - de Vries + de Bruijn (*SUB 13*) + Kuneva (*SUB 27*) + Kaufmann (*SUB 63*)

- Alguns convencionais propõem que o direito de recurso do Comité das Regiões não fique limitado aos actos legislativos para que foi pedido o seu parecer, mas que tenha um carácter geral:
 - Wuermeling (*SUB 21*)
- Outros argumentam com a necessidade de abranger os casos em que o Comité das Regiões "devia ter sido consultado" e não o foi:
 - McCormick + Voggenhuber + Lichtenberger (*SUB 29*)
- Alguns argumentam que o actual artigo 230.º já autoriza os Estados-Membros a interpor recurso por violação do princípio de subsidiariedade, incluindo se o desejarem a pedido do Parlamento nacional, pelo que é desnecessária a primeira frase do ponto 8:
 - Tiilikainen + Peltomäki (*SUB 47*) + Kiljunen (*SUB 49*) + Svensson (*SUB 83*)
- Alguns rejeitam o princípio de recurso para o TJCE pelo facto de o princípio da subsidiariedade ser de carácter político:
 - Hjelm-Wallen + 3 convencionais suecos (*SUB 60*)
- Alguns propõem um mecanismo de controlo jurisdicional ad hoc segundo o modelo do Conselho Constitucional francês:
 - M. Floch (*SUB 61*)

Comité das Regiões

Vários convencionais apresentaram observações relativas ao Comité das Regiões, as quais incidem:

- no alargamento dos seus poderes ao longo de todo o processo, a fim de o colocar em rigoroso pé de igualdade com os Parlamentos nacionais:
 - Hain (*SUB 55*) + Chabert (observador) + 6 convencionais observadores do Comité das Regiões (*SUB 79*)

Relatório anual (ponto 9)

Muitos convencionais propõem que (além do Parlamento Europeu e do Conselho) o relatório anual redigido pela Comissão sobre a aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade seja também enviado aos Parlamentos nacionais:

- de Vries + de Bruijn (*SUB 14*) + Andriukaitis + Gricius + Sivickas (*SUB 33*) + Belohorska + Figel + Migas (*SUB 46*) + Kiljunen + Vanhanen (*SUB 49*) + Stuart + 11 convencionais (*SUB 52*) + Bonde + Seppanen (*SUB 54*) + Floch (*SUB 61*) + Lequiller (*SUB 62*) + Azevedo + Nazaré Pereira (*SUB 65*) + Lopes + Lobo (*SUB 66*)

Lista de alterações e observações

SUB 1	<i>Michel, de Gucht, di Rupo, Van Lancker, Chevalier, Nagy, Dewael</i>
SUB 2	<i>Kohout</i>
SUB 3	<i>Brok, Almeida Garrett, Alonso, Altmaier, Attalides, Azevedo, Basile, Brejc, Cisneros, Cusnahan, Dolores, Fogler, Follini, Frendo, Giannakou, Kauppi, Kelam, Kelemen, Korhonen, Krasts, Kroupa, Kutzkova, Lamassoure, Lenmarker, Lequiller, Maij-Weggen, Miladenow, Nazaré Pereira, Piks, Rack, Santer, Stylianidis, Szajer, Tajani, Van der Linden, Van Dijk, Witrtbrodt, Zile.</i>
SUB 4	<i>Brok, Almeida Garrett, Alonso, Altmaier, Attalides, Azevedo, Basile, Brejc, Cisneros, Cusnahan, Demetriou, Dolores, Farnleitner, Fogler, Follini, Frendo, Giannakou, Kauppi, Kelam, Kelemen, Korhonen, Krasts, Kroupa, Kutzkova, Lamassoure, Lenmarker, Lequiller, Maij-Weggen, Miladenow, Nazaré Pereira, Piks, Rack, Santer, Stylianidis, Szajer, Tajani, Teufel, Tusek, Van der Linden, Van Dijk, Witrtbrodt, Wuermeling, Zielenic, Zile.</i>
SUB 5	<i>Wittbrodt, Fogler</i>
SUB 6	<i>Zielenic</i>
SUB 7	<i>Van der Linden, Timmermans, van Dijk, van Eekelen (ponto 8 apenas)</i>
SUB 8	<i>van Eekelen</i>
SUB 9	<i>de Vries, de Bruijn</i>
SUB 10	<i>de Vries, de Bruijn</i>
SUB 11	<i>de Vries, de Bruijn</i>
SUB 12	<i>de Vries, de Bruijn</i>
SUB 13	<i>de Vries, de Bruij</i>
SUB 14	<i>de Vries, de Bruijn</i>
SUB 15	<i>Einem, McAvan, Marinho, Beres, Paciotti, Thorning-Schmidt</i>
SUB 16	<i>Marinho</i>
SUB 17	<i>Marinho</i>
SUB 18	<i>Dini, Basile</i>
SUB 19	<i>Wuermeling</i>
SUB 20	<i>Wuermeling</i>

SUB 21	<i>Wuermeling</i>
SUB 22	<i>Wuermeling, Altamaier</i>
SUB 23	<i>Wuermeling, Altamaier</i>
SUB 24	<i>Wuermeling, Altamaier</i>
SUB 25	<i>Wuermeling, Altamaier</i>
SUB 26	<i>Wuermeling, Altamaier</i>
SUB 27	<i>Kuneva</i>
SUB 28	<i>MacCormick</i>
SUB 29	<i>MacCormick, Voggenhuber, Lichtenberger</i>
SUB 30	<i>Voggenhuber, Nagy</i>
SUB 31	<i>Voggenhuber, Nagy</i>
SUB 32	<i>Schlüter</i>
SUB 33	<i>Andriukaitis, Gricius, Sivickas</i>
SUB 34	<i>Duhamel, Einem, Berès, Carnero, Paciotti</i>
SUB 35	<i>Duhamel, Einem, McAvan, Marinho, Van Lancker, Berès, Carnero, Paciotti, Thorning-Schmidt</i>
SUB 36	<i>Borrell, Carnero, López-Garrido</i>
SUB 37	<i>Haenel</i>
SUB 38	<i>Meyer</i>
SUB 39	<i>Kirkhope</i>
SUB 40	<i>Paciotti</i>
SUB 41	<i>Pieters</i>
SUB 42	<i>Duff, Helminger, Kreitzberg, Gricius, Hasotti, Kacin, Akçam, Dybkjaer, Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Uzun, Matsakis, Vassiliou, Szent-Ivanyi, Eckstein-Kovacs, Ozal</i>
SUB 43	<i>Teufel</i>
SUB 44	<i>Jacobs</i>
SUB 45	<i>Palacio</i>
SUB 46	<i>Belohorska, Figel, Migas</i>
SUB 47	<i>Tiilikainen, Peltomäki</i>
SUB 48	<i>Figel</i>
SUB 49	<i>Kiljunen</i>
SUB 50	<i>Vanhanen</i>

SUB 51	<i>Hübner</i>
SUB 52	<i>Stuart, Haenel, Costa, Kristensen Heathcoat-Amory, Liepina, Oleksy, Piks ands Hänni, Krasts, Oliveira Martins, Lord Tomlinson</i>
SUB 53	<i>Farnleitner</i>
SUB 54	<i>Bonde, Seppänen</i>
SUB 55	<i>Hain</i>
SUB 56	<i>Lamassoure</i>
SUB 57	<i>Muñoz Alonso</i>
SUB 58	<i>Kauppi</i>
SUB 59	<i>Dewael</i>
SUB 60	<i>Hjelm-Wallen, Petersson, Lebkberg, Kvist</i>
SUB 61	<i>Floch</i>
SUB 62	<i>Lequiller</i>
SUB 63	<i>Kaufmann</i>
SUB 64	<i>Costa, Oliveira Martins</i>
SUB 65	<i>Azevedo, Nazaré Pereira</i>
SUB 66	<i>Ernâni Lopes, Lobo Antunes</i>
SUB 67	<i>Fischer</i>
SUB 68	<i>Conde de Stockton</i>
SUB 69	<i>Conde de Stockton</i>
SUB 70	<i>Conde de Stockton</i>
SUB 71	<i>Conde de Stockton</i>
SUB 72	<i>Conde de Stockton</i>
SUB 73	<i>Conde de Stockton</i>
SUB 74	<i>Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó</i>
SUB 75	<i>Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó</i>
SUB 76	<i>Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó</i>
SUB 77	<i>Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó</i>
SUB 78	<i>Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó</i>
SUB 79	<i>Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó</i>
SUB 80	<i>Chabert, Dammeyer, Dewael, du Granrut, Martini, Valcarce-Sisó</i>
SUB 81	<i>Dewael</i>
SUB 82	<i>Lenmarker</i>
SUB 83	<i>Svensson</i>